

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

8-D-11

Curso .C-PEM/97.....

Partido

Solução do P-III-7 (Mo) MONOGRAFIA

Apresentada por

ANTONIO ALBERTO MARINHO NIGRO

CAPITÃO-DE MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



61

RIO DE JANEIRO

19..97.....

8-D-M

- PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA CONCEPÇÃO, PREPARO E
EMPREGO ATUAL E PROSPECTIVO DAS FORÇAS ARMADAS -

ANTÔNIO ALBERTO MARINHO NIGRO

Capitão-de-Mar-e-Guerra

MINISTÉRIO DA MARINHA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1997

1

Cad. Ac.: 71282

Exc.: 85262

MM - EGN
Biblioteca
23/04/1998
Nº 4.463

GN-00012094-1

Nigro, Antônio Alberto Marinho, 1951-

▷ Principais condicionantes da concepção, preparo e emprego atual e prospectivo das Forças Armadas. / Antônio Alberto Marinho Nigro. - Rio de Janeiro : EGN, 1997.

vii, 53f. : il., color.

Monografia: C-PEM, 1997.

Bibliografia: f. A-1 - A-7

1. Forças Armadas - Brasil. 2. Estratégia - Brasil. 3. Hipóteses de Conflito. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

EXTRATO

O autor inicia a sua dissertação com a Nova Ordem Mundial e finaliza com o estabelecimento de requisitos julgados indispensáveis para o desenvolvimento do Poder Militar, aplicando o processo da compartimentação para análise do tema.

Tendo como base o panorama da Nova Ordem, são identificadas as principais condicionantes, de origem predominantemente externa, julgadas de maior relevo para a concepção, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

Em seguida, são identificadas as condicionantes de preponderância interna, principalmente as de natureza psicossocial e cultural, extraídas dos ambientes sugeridos pela trindade clausewitziana : o Povo, as Forças Armadas (FFAA) e o Governo.

Posteriormente, justifica-se o uso da expressão "HIPÓTESE DE EMPREGO" no lugar de "HIPÓTESE DE CONFLITO" e são formuladas quatro hipóteses de emprego para as FFAA - uma atual e três prospectivas - fundamentadas nas tendências da

Nova Ordem e nas condicionantes externas e internas, com ênfase, entre estas últimas, na Política de Defesa Nacional.

Finalmente, são vislumbradas possíveis repercussões das hipóteses de emprego no Programa de Reaparelhamento da Marinha e são estabelecidos requisitos correlacionados para as Forças Armadas.

Tema : Forças Armadas

Título :
PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA
CONCEPÇÃO, PREPARO E EMPREGO
ATUAL E PROSPECTIVO DAS FORÇAS
ARMADAS.

Tópicos a abordar :

- A Nova Ordem Mundial e suas implicações para as Forças Armadas brasileiras.
- A ausência de um conceito estratégico nacional.
- A identificação das hipóteses de conflito e sua influência no Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM).
- Fatores culturais e psicossociais que condicionam o emprego das Forças Armadas brasileiras.

Proposição :

Caracterizar o que se convencionou chamar de Nova Ordem Mundial a partir de uma interpretação do panorama internacional. Identificar fatores das conjunturas internacional e nacional, com ênfase nessa nova ordem e em aspectos culturais e psicossociais do povo brasileiro que influenciam a concepção, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Na ausência de um conceito estratégico nacional,

estabelecer requisitos que permitam formular hipóteses de conflito e suas repercussões no PRM.

estabelecer requisitos que permitam formular hipóteses de conflito e suas repercussões no PRM.

INTRODUÇÃO

*"Temos sido dominados mais pelo engano
do que pela força."
Simón Bolívar.*

A incerteza parece ser a característica mais inquietadora do atual panorama internacional. Ela decorre do fato de se viver uma época de transformações e, mais ainda, pela velocidade com que ocorrem essas transformações. Trata-se de uma dinâmica complexa, multi-temática, onde variáveis afetam de forma diferente fenômenos correlacionados. Às vezes, aparentemente convergentes, ora divergentes, portanto, paradoxais.

As transformações vêm contribuindo para o abrandamento da "estaqueidade" entre as fronteiras internacionais, dificultando a delimitação da análise do que, costumeiramente, se conceituava por campo interno e por campo externo e afetando o que, tradicionalmente, se entendia por soberania.

A incerteza, portadora de uma estranha insegurança, parece incomodar os militares - normalmente avessos à insegurança - no tratamento das questões relacionadas com a defesa dos interesses de seus respectivos Estados-nação.

Este trabalho, além de retratar um estudo sobre assunto ligado à defesa nacional, procura, mais precisamente,

identificar requisitos que justifiquem a concepção, o preparo e o emprego das Forças Armadas brasileiras. Ao ressaltar o caráter instrumental do Poder Militar, apresenta argumentação contrária a um dos efeitos derivados da Nova Ordem Mundial, como o questionamento sobre a utilidade das Forças Armadas em alguns países...

No Capítulo 1, encontra-se uma interpretação do panorama internacional pós-Guerra Fria, usualmente chamado de Nova Ordem Mundial, o qual servirá de moldura para o desenvolvimento do tema.

No Capítulo 2, estão listadas as condicionantes derivadas dessa Nova Ordem Mundial que parecem repercutir com maior intensidade nas questões relacionadas com o preparo, o emprego e a concepção das Forças Armadas. As condicionantes de natureza interna, principalmente as de ordem cultural e psicossocial, estão apresentadas no Capítulo 3.

As tendências da Nova Ordem juntamente com as condicionantes nacionais e internacionais serviram de base para a formulação de hipóteses de emprego para as Forças Armadas, na ausência de um Conceito Estratégico Nacional. As hipóteses de emprego e seus principais reflexos no reaparelhamento da Marinha estão vislumbradas no Capítulo 4, como também os requisitos julgados fundamentais para o emprego, preparo e concepção das Forças.

No Capítulo 5, estão registradas as principais conclusões extraídas da análise compartimentada do tema.

CAPÍTULO 1

DO PANORAMA ATUAL

SEÇÃO I - DOS ANTECEDENTES

Ao fim da Segunda Guerra Mundial (IIGM), os Estados Unidos da América (EUA) estiveram representados nas negociações de paz em Potsdam e em Tóquio. Os soviéticos estiveram apenas em Potsdam, então encravada no território da Alemanha ocupado pelo Exército Vermelho. Naquela ocasião, o enclave representado pelo que futuramente veio a constituir a cidade de Berlim Ocidental, no território da ex-República Democrática da Alemanha (RDA), já atestava o grau da hegemonia norte-americana consolidada pelo monopólio das armas nucleares.

Na oportunidade, a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) encontrava-se quase esgotada pelo esforço despendido na reação à agressão nazi-fascista. A Europa, a China e a Índia estavam consumidas pelo conflito, e o Japão derrotado e humilhado, após as explosões nucleares em Hiroxima e Nagasáki. O Pacífico, a exemplo do que ocorrera com o Atlântico Norte, passara a ser virtualmente um lago estratégico norte-americano. A URSS, em termos práticos, não dispunha de uma marinha oceânica. Os EUA - grande vencedor da IIGM e com o seu território inviolado e indústrias intocadas - imperavam no cenário internacional, de maneira quase que absoluta, constituindo-se talvez na única superpotência global, ao fim dos anos quarenta. Entretanto, acirrou-se a disputa ideológica entre capitalismo e comunismo (E X W), fruto do expansionismo soviético nos países

liberados pelo Exército Vermelho.

Em 1948, cria-se a Organização das Nações Unidas (ONU), com sede nos EUA, contando originalmente com 51 Estados-membros, que representavam aproximadamente 70% dos povos do mundo (56:6). O poderio sem precedentes dos norte-americanos permitiu a reconstrução do sistema capitalista internacional posto que, desde a Conferência de Bretton Woods em 1944, o dólar tornara-se a moeda do Mundo. Ao que tudo indica, os EUA globalizaram a sua economia por meio da criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial(49:112).

Posteriormente, o Reino Unido e a França perderam os seus respectivos impérios coloniais, à semelhança do ocorrido com o derrotado Império Otomano ao cabo da Grande Guerra. Para se ter uma idéia da fragmentação decorrente desse processo de descolonização, principalmente na África e na Ásia, o número de estados aumentou de 60, em 1938, para 144, em 1988 (23:153).

A disputa ideológica (E X W) expandiu-se até esses novos países. Com pequena defasagem no tempo, começou a delinear-se uma outra forma de conflito : ricos x pobres (N X S), que passou a adquirir consistência na medida em que as expectativas de desenvolvimento não foram sendo alcançadas pelos jovens estados. Surge a noção de terceiro mundo, o bloco de não-alinhados e o neutralismo como esperança de alternativa para a confrontação ideológica entre os EUA e a URSS. Paradoxalmente, os não-alinhados confirmavam a bipolaridade do sistema internacional, pois tinham como referência precisamente a rivalidade entre os dois contendores.

Os EUA estabeleceram um sistema de alianças contra a URSS, sendo a principal delas a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) englobando a Europa Ocidental. Esta, por sua vez, seguiu construindo o Mercado Comum Europeu. A URSS e seus satélites criam o Pacto de Varsóvia e o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), alianças militar e econômica respectivamente, adquire capacidade estratégica nuclear e leva o primeiro homem ao espaço na década de 50, afirmando-se como superpotência.

Segue-se uma espetacular corrida armamentista entre EUA e URSS de conseqüências marcantes para ambas superpotências. Todavia, os arsenais crescentes tinham em vista não à alteração, mas à manutenção do equilíbrio de poder, ou melhor, do equilíbrio do terror, como ficou conhecida a ordem então existente.

Entretanto, norte-americanos e soviéticos não se enfrentaram diretamente em armas. Nos dois principais conflitos armados visando à contenção do comunismo - Guerra da Coreia e Guerra do Vietnã - os norte-americanos tiveram "do outro lado da colina" norte-coreanos e chineses, no primeiro, e os vietcongs e norte-vietnamitas no segundo.

Na América do Sul, logo após o término da IIGM, intensifica-se a influência norte-americana, fruto da retração das potências européias, principalmente, Reino Unido, França e Alemanha. A reação ideológica se fez sentir em toda América Latina com o aparecimento de movimentos revolucionários de inspiração marxista, culminando com a Revolução Cubana, no quintal dos EUA! O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), criado durante a IIGM, em

1942, mostra-se útil para essa contenda ideológica nas Américas.

O Brasil - onde já na década ^{dos} de 30 o conflito ideológico alcançara os quartéis - durante a Guerra Fria alinhou-se na cruzada anti-comunista do bloco ocidental.

Pode-se admitir o ano de 1962 como o início do ocaso desse conflito, quando, a partir da Crise dos Mísseis de Cuba, atores argutos da cena internacional parecem ter percebido que a disputa ideológica entre as superpotências servia como justificativa para um regime de convivência condominial onde EUA e URSS se sustentavam para o exercício discricionário do poder, em suas respectivas áreas de influência. Esse ocaso duraria 29 anos, se considerarmos a desintegração da antiga União Soviética como o seu fim. Curiosamente, quase a mesma duração do período compreendido entre os acordos de Brest-Litovsk (1917) e Potsdam (1945)...

Entretanto, apesar do arrefecimento das tensões entre EUA e URSS, após a Crise dos Mísseis de Cuba, assistiu-se ao recrudescimento da Guerra Fria no interior dos países do Terceiro Mundo. O engano parecia dominar mentes naqueles países, mesmo diante do conhecimento das denúncias anteriormente formuladas por KRUSCHEV sobre os crimes da era stalinista, e por EISENHOWER sobre os perigos decorrentes do complexo industrial-militar. E mais, mesmo diante dos assassinatos do Presidente KENNEDY e do seu irmão-candidato ROBERT.

Em razão desses fatos, a Guerra Fria pareceu constituir-se num período da História da Humanidade, no qual o sis-

tema internacional organizou-se em torno de dois pólos de poder. As superpotências termonucleares estabeleceram um conflito que repercutiu em todos os planos: modelos econômicos, instituições políticas, diplomacia, ideologia, propaganda e dispositivos militares. Cúmplices, EUA e URSS conflitavam cooperando, respeitando escrupulosamente as linhas demarcatórias das respectivas áreas de influência(49:33). Nesse contexto, a Guerra Fria poderia ser caracterizada também como a paz ou a ordem nuclear(20:46).

A partir do desmembramento do bloco oriental e da própria URSS, o panorama internacional assume contornos menos definidos, sendo difícil precisar os agentes responsáveis pela aceleração da marcha dos acontecimentos.

SEÇÃO II - DA NOVA ORDEM MUNDIAL

Às vésperas da desintegração da União Soviética, o presidente norte-americano GEORGE BUSH pronunciou a expressão "nova ordem mundial", referindo-se talvez ao surgimento de um clima semelhante ao da "paz romana" com base em um império centrado nos EUA. Considerando o que foi exposto na Seção anterior, podemos afirmar que a situação ao final da Guerra Fria era diferente da existente ao término da IIGM. Parece que, em 1945, a geometria da distribuição de poder no mundo era mais favorável aos EUA. A expressão atribuída ao presidente BUSH, aparentemente, retratara uma possível excitação ao comemorar as dificuldades do seu adversário - o moribundo Estado soviético.

A redistribuição de poder, ao fim do confronto ideológico bipolar, sugere o aparecimento de outras potências, de peso predominantemente econômico e, ironicamente, ressusci-

tadas da derrota na IIGM : A Alemanha unificada e o Japão; ambas liderando dois blocos econômicos de dimensões semelhantes ao formado pelos Estados Unidos, Canadá e México - "North American Free Trade Agreement" (NAFTA).

A reconstrução do sistema capitalista internacional empreendida pelos EUA teve um preço considerável: a perda da supremacia econômica obtida ao fim da IIGM. Tudo indica que, durante a Guerra Fria, a força dos arsenais militares preponderava sobre as demais expressões do poder. Ao fim desse conflito, a expressão econômica reaparece com mais vigor. A força do dinheiro aparenta sobrepujar a força das armas, mas não tanto, como a entrada da Rússia para o G-7, agora G-8, insinua...

Os fluxos comerciais e financeiros globalizaram-se e, ao mesmo tempo, permitiram o aparecimento de arranjos econômicos regionais. A incessante busca por maior produtividade também globalizou os processos da produção de bens de maneira inédita. Uma verdadeira revolução científico-tecnológica atua como combustível dos fenômenos identificados como globalização e regionalização.

Assiste-se a conformação de três megablocos econômicos capitalistas com elevado grau de interdependência : o NAFTA, a Comunidade Econômica Européia (CEE), e o constituído pelo Japão, Coréia do Sul e os integrantes da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)¹, dinamizados por empresas de toda ordem (multinacionais e microempresas), igualmente interdependentes. Ainda no Pacífico, assiste-se

¹ Membros da ASEAN : Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei e Vietnã.

aos desdobramentos das reformas liberalizantes de DENG XIAO PING na economia da China continental, embora apoiadas no poder monolítico do Partido Comunista Chinês. A incorporação de Hong Kong permite imaginar uma maior desenvoltura da China no processo de globalização.

Entretanto, o mais espetacular acontecimento característico do final da Guerra Fria parece ter sido o desmembramento do bloco comunista : URSS e seus satélites. Como já citado anteriormente, em 1988 - antes, portanto, do desmantelamento dos regimes comunistas da Europa Oriental - o número de países era de 144. Uma nova onda de fragmentação varreu o planeta e, atualmente, encontramos 192 Estados no mundo, dos quais 185 estão representados na ONU, de acordo com o Almanaque Abril - 1997.

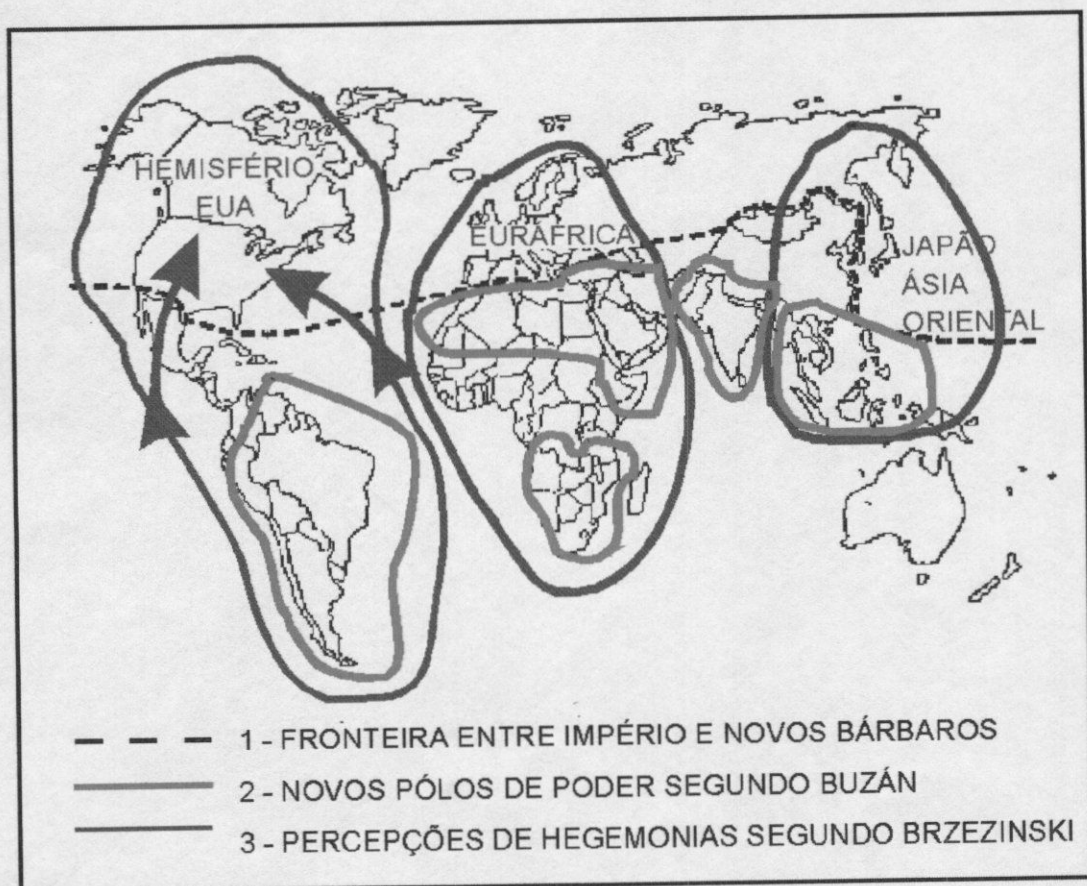
As repercussões dessa fragmentação ainda não foram bem dimensionadas e serão objeto de tratamento mais adiante com o propósito de identificar questões de interesse para as Forças Armadas (FFAA). Possivelmente, hoje em dia, as forças que impulsionaram essa fragmentação não se restringem às derivadas da queda dos regimes comunistas da ex-URSS e do Oriente europeu...

Essa Nova Ordem ou Nova Paz, parece ainda tender a fragmentar o que se habituou chamar de Terceiro Mundo em espaços periféricos que marginalmente são atraídos pelos três novos megablocos : os países pobres da Ásia em torno do Japão, a Europa do Leste e expressivas partes da África e os do Oriente Médio em torno do MCE e a América Latina atraída pela América do Norte. Zbigniew Brzezinski, assessor para assuntos de segurança nacional do presidente nor-

te-americano Jimmy Carter, apresentou uma visualização dessas tendências.

Barry Buzan, destacado estudioso britânico, chega a identificar novos pólos de poder no Terceiro Mundo que podem apresentar resistências às tendências vislumbradas por Brzezinski (15:210). É interessante notar que a fronteira entre o império e o território dos novos bárbaros, imaginada por Jean Christophe Rufin, parece ter sido respeitada por Buzan e Brzezinski. A figura abaixo pretende ilustrar essas percepções.

Fig. no.1 - Diferenças de Percepção



Os desdobramentos das megatendências da Nova Ordem - globalização, regionalização e fragmentação - são diferentemente percebidos por vários autores. Para Kenichi Ohmae, a interligação econômica em escala mundial causará maior prosperidade para os indivíduos e maior segurança entre os estados(57:14). Alvin e Heidi Toffler presumem novas formas de conflito(85:278). George Friedman e Meredith Lebard, o ressurgimento de velhos antagonismos com nova roupagem(37:361). Ou como vaticina Samuel Huntington "uma guerra global que envolva os Estados-núcleos das principais civilizações do mundo é altamente improvável, mas não impossível", antes de descrever um cenário de conflito entre EUA e China para o ano de 2010(43:398).

Em que pese a propalada hegemonia norte-americana, predominantemente militar, a capacidade de os EUA imporem a sua vontade no mundo parece hoje, no pós-Guerra Fria, inferior à desfrutada ao final da II Guerra Mundial, o que, para alguns, poderia ser considerado perigoso, como nos adverte Hannah Arendt : "toda diminuição de poder é um convite à violência - quando pouco porque aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência"(2:49).

De qualquer forma, a substituição da bipolaridade por uma nova geometria da distribuição do poder, em todo o globo, vem permitindo que alguns países reúnam condições de atuar de forma mais expressiva nesse novo panorama internacional. A Índia e o Brasil parecem ser dois exemplos.

CAPÍTULO 2

DA PREPONDERÂNCIA EXTERNA

SEÇÃO I - DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A dinâmica do panorama atual, como visto no Capítulo anterior, faz com que os efeitos decorrentes da conjuntura internacional sejam, de certa forma, tão interrelacionados com os da conjuntura nacional que se torna difícil precisar um fenômeno como de origem absolutamente nacional. Entretanto, para efeito deste trabalho, vamos tratar separadamente as condicionantes de origem predominante no ambiente internacional daquelas julgadas, substancialmente, como oriundas da conjuntura nacional, a fim de melhor interpretar as suas repercussões no seio das FFAA.

Neste Capítulo, serão identificadas as condicionantes de predominância externa. Foge à proposição analisar exaustivamente cada condicionante, porém, após a sua identificação, serão comentadas possíveis implicações no preparo ou no emprego ou na concepção das Forças Armadas, conforme o caso.

SEÇÃO II - DA INFORMAÇÃO

Milos Vasic, um dos editores da revista *Vreme* de Belgrado, comentou que a explosão de violência, em seu país, foi "uma guerra artificial, na verdade, produzida pela televisão. Tudo o que se precisou foram alguns anos de propaganda violenta, irresponsável, chauvinista, intolerante, fomentadora de guerra e expansionista para criar suficiente ódio para começar a briga". Violeta Orosi, jornalista albanesa, concordou ao declarar que "a desintegração da Iugos-

lândia começou como uma guerra dos meios de comunicação" (49:274-5).

Similarmente, no Leste Europeu, os meios de comunicação de massa se constituíram no canal pelo qual se promoveu a mobilização popular contra os governos comunistas. O maior combate da "revolução romena" se deu em torno do prédio da estação de televisão. Adam Michnik, ativista polonês, comentou: "eu prefiro que os comunistas continuem com a polícia e o Exército e nos dêem a televisão" (14:147). A importância desses fatos parece não ter sido bem compreendida na tranqüila e distante América do Sul.

Não se pode ignorar os fatores estruturais - étnicos, culturais e religiosos - que contribuíram para a nova fragmentação dos balcãs e para a "balcanização" do Leste Europeu e da ex-URSS. Entretanto, o vulto do papel exercido pelos meios de comunicação no acirramento dos ânimos, no renascer dos ódios, até a deflagração dos conflitos parece não ter sido adequadamente dimensionado.

Sem dúvida, as inovações na tecnologia das comunicações, além de contribuírem para promover a globalização econômica, transformaram o mundo da comunicação e da disseminação das informações, repercutindo nos campos da segurança e da defesa. O contato por meio da mídia com culturas e modos de vida distintos pode ser tanto estimulante quanto desestabilizador e pode ainda despertar admiração ou inveja em populações manipuladas.

Preocupa, também, a concentração da propriedade dos meios de comunicação. O poder de influência política do setor pode não ser contrabalançado pelo devido senso de res-

ponsabilidade. O progresso tecnológico e o interesse econômico nem sempre distinguem, clara e precisamente, a democracia da tirania, a justiça da injustiça, e suas repercussões no tecido social.

Fica a questão : em que medida o aparato militar dos soviéticos e seus aliados foi neutralizado, e até mesmo contaminado, pelo poder da informação, à semelhança do ocorrido com os EUA no conflito do Vietnã?

Nesse sentido, a prudência indica ser necessária uma maior aproximação das Forças Armadas com os meios de comunicação, principalmente junto a correspondentes e redes de TV estrangeiras. Qual o preparo do pessoal militar para lidar adequada e convenientemente com a imprensa? A frase "não estou autorizado a prestar qualquer informação" pode comprometer mais do que defender os interesses da corporação de quem a pronuncia. Hoje em dia, uma declaração prestada a uma estação nacional tem o mesmo efeito que se prestada a uma rede internacional!

Assim, não deve ser considerado absurdo contemplar o ingresso de graduados em Comunicação Social na carreira militar, a exemplo do que já ocorre com outras áreas do conhecimento, e o estabelecimento de novas regras de relacionamento com a imprensa, em tempos de paz ou não.

Contar com especialistas do setor será doravante muito útil para as FFAA. Não se pode esquecer que, como resultado da contração do tempo e do espaço promovida pelos meios de comunicação, estes se tornaram a principal via por onde passa o que é percebido "do outro lado da colina".

Parodiando Lidell Hart, denomina-se assim o ambiente além fronteiras nacionais, onde se identifica algumas percepções mais recentes do Brasil, fruto da revolução tecnológica nas comunicações, embora fundamentadas em fatos ocorridos no interior do país. Parece paradoxal, mas "talvez o fator isolado de maior importância na precipitação das guerras sejam os erros de percepção" (83:286).

SEÇÃO III - DAS PERCEPÇÕES EXTERNAS

O Brasil parece ser reconhecido externamente como uma potência regional emergente da América do Sul a qual também se insere em área de predomínio hegemônico dos EUA. As principais críticas ao nosso País se orientam para o "desenvolvimento da violência", onde a "cultura da brutalidade", o "sofrimento infantil", a "agressão à natureza" e a "negligência social agravada pela impunidade e pela corrupção" são ressaltadas e, às vezes, escamoteadas por uma aparente "doçura" dos brasileiros (62:229-91).

Mais recentemente, tem sido insinuado que a discriminação econômica e social parece ter produzido resultados mais danosos para a população brasileira que a discriminação racial nos EUA (75:101-99).

Pode-se imaginar o impacto das cenas de agressão a populares promovidas por policiais militares de São Paulo nas telas de TV em todo o mundo. E as formas de exploração que ensejam essa vergonha ...

Dessa forma, parece ser necessário considerar essa questão, não isoladamente, mas junto a outras, como contribuinte para alimentar adversidades no campo internacional.

Por conseguinte, este fator adverso não deverá ser esquecido nos planejamentos de alto nível das Forças Armadas.

SECÃO IV - DA SEGURANÇA GERAL

Na atualidade, três aspectos parecem sensibilizar a opinião pública internacional e os governos de alguns países de forma generalizada: a segurança individual, a das comunidades e a do meio ambiente. Tudo indica existir uma tendência para se considerar esses aspectos mais importantes do que propriamente a tradicional segurança do Estado, quando conveniente.

Assim, justifica-se e legitima-se o emprego de Força Armada estrangeira na Albânia - em ação humanitária - mesmo sem a existência prévia de uma Resolução do Conselho de Segurança da ONU - no caso a Itália, uma das potências agressoras do Eixo na IIGM (18:12). Fato este que, por si só, poderia ser julgado, em outros tempos, uma ingerência em assuntos internos ou um desrespeito à soberania do Estado, caracterizando uma intervenção.

Acontece que, desde o fim da Guerra Fria, a ONU tem se apresentado mais atuante, e esta atuação vem se tornando mais ampla, pois é "cada vez maior sua participação na solução de conflitos internos nos Estados" (56:75).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, a partir dos anos 90, tem funcionado como um foro para tratar de situações de risco para a paz e segurança internacionais, nos termos especificados no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o qual trata das ações coercitivas. Em razão disso, aumentou o número das operações de paz e, conseqüentemente,

o número de baixas nesse tipo de operação.

A retirada das tropas norte-americanas e de outros países da Somália, em decorrência das baixas sofridas em outubro de 1993, mostra bem a dificuldade na condução dessas operações e os riscos inerentes. A ameaça do uso da força não merece crédito, nem é eficaz quando não se está capacitado ou preparado para concretizá-la(61:31). Portanto, as forças empregadas nessas operações devem se apresentar nas melhores condições de aprestamento a fim de inspirar a credibilidade necessária ao tipo da missão.

O Brasil tem participado desse esforço para a manutenção da paz em áreas do seu interesse e isso condicionará o emprego e o preparo das FFAA, como veremos com maiores detalhes no Capítulo 4.

SEÇÃO V - DOS PROBLEMAS TRANSNACIONAIS

Paralelamente, o crime organizado internacional também vem contribuindo para o desrespeito às fronteiras entre os estados, afetando a segurança de indivíduos e de alguns países, alterando a maneira através da qual vem sendo entendida a segurança internacional.

A questão da globalização do crime serviu de justificativa para os EUA invadirem o Panamá, aprisionarem o seu presidente e, posteriormente, julgá-lo em território norte-americano segundo as leis de Washington. Hannah Arendt parece ter mesmo razão¹ ...

Esse aspecto repercute diretamente no seio das FFAA

¹ Ver advertência registrada na página 9.

brasileiras por afetar a segurança na região amazônica e a contaminação do seu pessoal em outros pontos do país, principalmente nas grandes cidades. Tem se tornado freqüente notícias de infiltração de narcotraficantes nas FFAA - por meio do Serviço Militar - em busca de treinamento militar.

Os problemas ambientais têm assumido maior relevo por transbordarem também as fronteiras nacionais. O acidente nuclear em Chernobyl chegou aos nossos lares pela suspeita de importação de leite e carnes contaminados, provenientes da Europa. De maneira similar, a contaminação de rios amazônicos e do Pantanal matogrossense por mercúrio usado no garimpo e por dejetos industriais pode causar questões adicionais às já existentes, como o trânsito irregular de pessoas entre os países dessas regiões.

Fazendo parte também da lista dos problemas transnacionais, encontramos os grandes fluxos migratórios ilegais. Em síntese, a globalização estimula o fluxo de mercadorias, de serviços e de capitais ao mesmo tempo que inibe o fluxo de mão-de-obra. Entretanto, no mundo inteiro, pessoas insatisfeitas em seus países de origem buscam melhores condições de vida em outros. O mesmo se passa com alguns brasileiros. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, atualmente, existem cerca de dois milhões de brasileiros vivendo no exterior¹.

A emigração ilegal de brasileiros vem motivando questões com a França (Guiana), com o Paraguai - brasiguaios - e com países amazônicos, constituindo-se em potencial gera-

¹ Palestra do Exmo. Sr. Ministro Luiz Felipe Lampreia na EGN, em março de 1996.

dor de conflito ou pretexto de eventual crise internacional, devendo, portanto, ser acompanhada pelas FFAA e contemplada em suas possibilidades de emprego.

Convém ainda registrar que o emprego de militares na repressão a esses problemas transnacionais tem obtido elevado grau de legitimidade no sistema internacional (91:322-4).

SEÇÃO VI - DO HIATO TECNOLÓGICO.

A revolução científico-tecnológica, ocorrida na segunda metade do Século XX, não se deu por igual em todos os países e dois aspectos precisam ser enfatizados por repercutirem no preparo e na concepção das FFAA.

O primeiro deles diz respeito ao fato de ter sido essa própria revolução alimentada e orientada, em grande parte, para fins militares. Em decorrência, os países tecnologicamente mais desenvolvidos procuram estabelecer barreiras ao processo de transferência de tecnologias que possam ser empregadas com finalidade militar. A natureza dual (pacífica ou bélica) da exploração do conhecimento tecnológico e o medo, causado pela proliferação das armas de destruição em massa, têm reforçado essa tendência nos últimos anos.

O segundo aspecto é proveniente do fato de que o processo de globalização econômica também concorre para um maior distanciamento entre os níveis de desenvolvimento tecnológico dos países, via estabelecimento de barreiras de inspiração econômica. Na verdade, em termos econômicos, o conhecimento passou a ser considerado um bem. A produção pode ser globalizada, mas o conhecimento do processo não,

de modo a garantir maiores lucros.

De qualquer forma, o que parece ser mais relevante para as Forças Armadas é a identificação das áreas de interesse comum a fim de selecionar itens com escala de demanda aceitável para a indústria. Apesar dos regimes de controle internacionais, não se impede quem se habilita a construir tratores em capacitar-se a produzir carros de combate. Da mesma forma, receptores de TV e sistemas de direção de tiro, e assim por diante(15:272).

SEÇÃO VII - DA SOCIEDADE CIVIL INTERNACIONAL

Uma das mudanças mais radicais dos últimos 50 anos no panorama internacional foi o surgimento de uma vigorosa sociedade civil global, graças aos já comentados progressos nas comunicações e a maior capacidade e disposição das pessoas para governar suas vidas, melhorá-las ou transformá-las.

Movimentos não-governamentais importantes existem desde o advento do Estado moderno. Mas a quantidade, a diversidade e a influência internacional das Organizações Não-Governamentais (ONG) aumentaram consideravelmente. Em 1909, contabilizava-se 176 ONG e, nos anos sessenta, 28.900 atuantes, cada uma, em pelo menos três países(56:25).

As ONG prestam contribuição em muitas áreas, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Têm a oferecer conhecimento, especialização, entusiasmo, uma visão menos burocrática e mais flexível, complementando, muitas vezes, recursos oficiais. Entretanto, dois pontos parecem merecer maior consideração do ponto de vista do emprego das FFAA.

Primeiramente, essas organizações mostram-se cada vez mais atuantes na solução de conflitos e em outras tarefas relacionadas com a segurança internacional. Em segundo lugar, é a capacidade evidenciada para mobilizar energias e adesão das pessoas, muito embora o fato de se concentrarem em questões específicas - o que dá força e autoridade para algumas delas - impede, usualmente, que tenham preocupações mais amplas...

Dessa forma, ter as ONG como aliadas parece ser uma linha de ação inteligente. Embarcar especialistas em meio ambiente nos navios que realizam a Patrulha da Pesca no Nordeste pode render benefícios para a MB.

SEÇÃO VIII - DO SETOR PRIVADO INTERNACIONAL

Outro fenômeno dos últimos anos de conseqüências ainda não muito claras para a manutenção da paz internacional é o espetacular desenvolvimento da iniciativa privada. As empresas transnacionais transformaram-se em mobilizadoras de capital, geradoras de tecnologias, difusoras da produção em escala mundial, enfim, passaram a constituir-se em legítimos atores do cenário internacional. Em síntese, essas empresas parecem se constituir no principal agente da globalização.

Por outro lado, a Nova Ordem também permite o aparecimento de inúmeros estados com expressões de poder frágeis - não apenas do ponto de vista econômico - e que são submetidos a uma convivência forçada com os poderosos conglomerados internacionais.

Muito embora a manutenção da Nova Ordem possa ser en-

carada como um requisito para o desenvolvimento da globalização e o estabelecimento de um virtual mercado mundial - portanto do interesse do setor privado internacional - por outro lado, estados ou empresas insatisfeitos com o "status quo", em qualquer parte do globo, podem tentar desestabilizar essa ordem. Tal fato não se constitui em novidade, como a Questão do Acre, no início de Século, e a crônica instabilidade política, em alguns países africanos, nos servem de exemplo. A novidade agora é a grandeza da disparidade de poder entre essas empresas e os inúmeros estados débeis, fruto da fragmentação.

O fenômeno da fragmentação incorpora uma variedade de conotações entre as quais encontramos as de ordem étnica, religiosa, dentre outras, que, associadas à exploração do princípio da autodeterminação dos povos, quando conveniente aos grandes, e ao poder e à ganância de conglomerados internacionais, podem vir afetar a segurança de estados ou de uma região. A existência de comunidades indígenas em ricas áreas do território nacional impõe a sua consideração com vista ao emprego, ao preparo e à concepção das FFAA brasileiras, ao lado de outras regiões ou países onde existam fortes interesses brasileiros.

Por outro ângulo, essas grandes corporações transnacionais também são as detentoras de tecnologias duais, normalmente de interesse militar. Portanto, a formação de "joint ventures" entre essas corporações e empresas nacionais deve ser acompanhada e, se necessário, até mesmo estimulada pelas FFAA.

Recapitulando, ao longo do presente Capítulo alinhamos

a Informação; as Percepções Externas; a Segurança Internacional; os Problemas Transnacionais (Crime Organizado - Movimentos Migratórios - Agressões ao Meio Ambiente); o Hiato Tecnológico; a Sociedade Civil Internacional; e o Setor Privado Internacional como as principais condicionantes do ambiente internacional para a concepção, o preparo e o emprego atual e prospectivo das Forças Armadas. Estas condicionantes estão emolduradas pelo panorama apresentado no Capítulo 1 e, ao mesmo tempo, estão intimamente correlacionadas com as grandes tendências da atualidade: a globalização, a regionalização e a fragmentação.

Propositamente, os aspectos relacionados com a integração regional sul-americana não foram abordados neste Capítulo. O autor considera-os decorrentes de iniciativa governamental brasileira, sendo, portanto, inadequado considerá-los como resultantes de condicionante externa. Assim, a "regionalização" da América do Sul será tratada em conjunto com as condicionantes de origem predominantemente interna.

Seria absurdo suspeitar que essa regionalização parece ser necessária em face de uma globalização imposta e uma perigosa fragmentação?

CAPÍTULO 3

DA PREPONDERÂNCIA INTERNA

SEÇÃO I - DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil tem passado, nos últimos 50 anos, por experiências ricas em todas as suas expressões de poder: político, econômico, social e militar. De certa forma, a complexidade do panorama internacional encontra-se plasmada no interior das nossas fronteiras.

Podemos mesmo dizer que os problemas com os quais convivemos no interior do País e as dificuldades para solucioná-los são, em alguma medida, compartilhados pela maioria dos países em desenvolvimento e, em menor grau, pelos desenvolvidos. Afinal, estes últimos também possuem suas "ilhas de terceiro mundo". Dessa forma, independente da nossa vontade, as soluções para os problemas brasileiros despertam o interesse da comunidade internacional, em especial para a América Latina.¹

Nesta altura do texto, cabe ressaltar que é impossível negar que um torvelinho de idéias tende a seduzir e a ofuscar o pensamento de quem pretende abordar fatores culturais e psicossociais da conjuntura nacional com vista ao tema em estudo. Entretanto, a objetividade orientou o pensamento para a finalidade essencial e intransferível de qualquer força armada : **a guerra.**

Por conseguinte, a prudência recomendou fundamentar-se

¹ Convém relembrar que após o Brasil optar por adquirir navios de guerra na Europa, no final dos anos 60, outros países sul-americanos o seguiram.

em Clausewitz. A "*surpreendente trindade*" está diretamente relacionada com o povo, as forças militares e o governo (19:89). Logo, a *trindade* serviu de inspiração para definir os ambientes a partir dos quais foram extraídas as condicionantes culturais e psicossociais julgadas de maior relevância para a questão. O primeiro ambiente a ser tratado é o Povo.

SEÇÃO II - DO POVO

As principais características do povo brasileiro, em seu atual estágio de desenvolvimento, parecem ser o sincretismo sócio-cultural, por um lado, e a diástase sócio-econômica, por outro diametralmente oposto. O primeiro pode ser considerado como um fator de força por constituir-se em agente de coesão. O segundo como fator de fraqueza por embutir desagregação. Ambos contribuem para a conformação do caráter nacional brasileiro, como veremos a seguir.

O sincretismo sócio-cultural explica por que no Brasil não se expandem conflitos de ordem étnica, cultural e religiosa existentes em outras partes do mundo, apesar de aqui conviverem descendentes e imigrantes dessas diferentes etnias, culturas e crenças. A miscigenação étnica e cultural de origem lusitana permanece viva e se expande no seio da população, resultando em integração racial e em laços de coesão autênticos de uma nova identidade - a brasileira.

Dessa coesão nasce o espírito de corpo e o elevado grau de confiança mútua indispensável entre combatentes de uma mesma nacionalidade (36:144-7). No caso brasileiro, essa coesão já foi testada no campo de batalha e precisa ser mantida e assegurada por intermédio de adequados critérios

de recrutamento, seleção e distribuição do pessoal militar pelas várias regiões do País, influenciando assim na concepção das FFAA.

A foto abaixo registra a chegada das tropas do 6º. Regimento de Infantaria à Estação da Luz, em São Paulo, de regresso da Campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, durante a IIGM. Foi tirada por "um fotógrafo particular, mas ao mostrar juntos um negro, um branco e um descendente de japoneses, parece propaganda oficial da integração racial" (7:210).

Fig. no.2



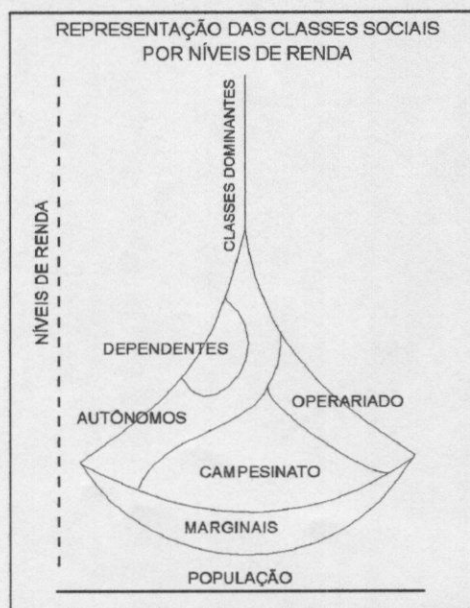
Por outro lado, os norte-americanos não participaram do processo de amalgamento étnico-cultural, diferentemente de árabes, judeus, alemães, japoneses, italianos, espanhóis, chineses e tantos outros. Segundo o Professor Dié-gues Jr., a influência cultural norte-americana sobre o nosso povo ocorre por intermédio da mídia, após a Segunda

Guerra Mundial(24:154-6). Os demais sul-americanos participam de forma marginal dessa integração pelo fato de, neste caso, o amalgamento racial ocorrer precipuamente nas regiões de fronteira.

Os efeitos da diástase sócio-econômica aparentam ser mais relevantes para as FFAA pela capacidade de comprometerem a integridade social e, por conseguinte, atrair riscos de fragmentação. Segundo o Professor Dante Moreira Leite, "as condições da vida social é que determinam as características psicológicas (do caráter nacional brasileiro) embora estas, depois, possam também influir na vida social"(46:328-9).

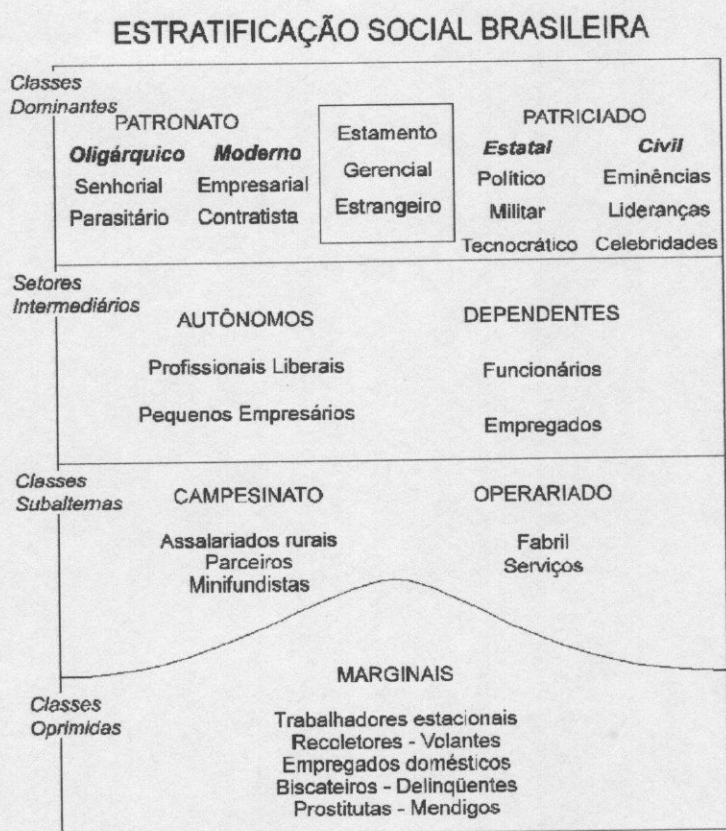
Com efeito, no Brasil, "as classes ricas e as pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam dois povos distintos"(69:211). As figuras abaixo ilustram a questão:

Fig.no.3



Fonte: RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro (pág.210)

Fig.no.4



Fonte: RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro (pág.208)

O problema parece ter sido agravado nas últimas décadas, fruto do que se convencionou denominar-se de novos excluídos. Ao final do Século XX, o modelo desenvolvimentista gerou guetos de pobreza e celeiros de categorias que vivem situações de "apartheid" social. E são duas questões distintas. Existe a pobreza de origem histórica que aparece, aos olhos das elites governantes, como algo natural a ser combatido por meio de políticas sociais redistributivas.

Já os novos excluídos constituem problemas às elites. São os jovens, os imigrantes, as mulheres, os menores de rua, os velhos aposentados e outras categorias. Ao contrário dos pobres, seres genéricos, os excluídos têm identidade, têm interesses e lutam por eles, se organizam, criam

entidades, reivindicam leis, direitos e acessos múltiplos. Mas, como são dispensáveis do ponto de vista econômico, não têm sido objeto de políticas sociais. Assim, não tendo expressividade econômica para a produção, mas tendo expressividade política dada a sua organização, "os novos excluídos têm apelado para a violência em suas manifestações, como forma de serem ouvidos ou forçar o reconhecimento de suas existências" (40:157).

Não caberá as FFAA solucionar o problema da injusta distribuição de renda no País, nem parece ser recomendável imiscuir-se nas reivindicações dos novos excluídos. Entretanto, do ponto de vista militar, parece prudente, não apenas compreender a essência da questão, mas considerar essa virtual coexistência de dois povos no que diz respeito à concepção das Forças.

Assim, deve-se evitar a concentração do recrutamento e da seleção do pessoal, em qualquer estágio da carreira militar, em uma camada específica da população. Mais uma vez, critérios de seleção flexíveis, regionalizados, poderão atenuar inconveniências previsíveis nesse aspecto. Há registros de que a Força Expedicionária Brasileira teria bem representado o País na IIGM porque tratava-se de um bom resumo do Povo brasileiro. "Não só porque tinha soldados de todos os seus Estados e de todas as classes sociais e níveis de cultura, como porque levava todos os seus defeitos e improvisações, todas as suas incoerências e mitos, todas as falhas e virtudes desse Povo" (7:217).

Julga-se adequado, portanto, a alta administração militar continuar insistindo perante as lideranças políticas

sobre a vulnerabilidade representada por essa diástase, do ponto de vista da segurança e da defesa nacionais.

Nesse sentido, Raymond Aron, no final da década de 70, referindo-se à União Soviética advertia: "ainda não consideramos inevitável a vitória de um Estado que se orgulha de suas divisões blindadas e cujo povo se debate na pobreza e na servidão"(5:260). Mas esse não é o caso brasileiro. O Brasil é um dos países no mundo que menos despense recursos com suas Forças Armadas.

SEÇÃO III - DAS FORÇAS ARMADAS

Em síntese, ao longo da História, as FFAA brasileiras estiveram sempre voltadas para dois propósitos claros: a integração e o desenvolvimento nacionais. Mais ainda, até o seu emprego na guerra e o seu grau de aprestamento bélico sempre estiveram subordinados a esses dois propósitos. Mesmo quando estiveram muito próximas do poder político ou quando o exerceram, submeteram-se a esses fins, os quais também foram causa para a tomada do poder.

Escaparia ao tema proposto enumerar fatos e dados disponíveis em farta bibliografia¹ para comprovar a assertiva do parágrafo anterior. Entretanto, parece elucidativo registrar que a "Política do Exército" do General Góis Monteiro era tão positivista quanto à vislumbrada por ocasião da Proclamação da República e quanto ao "Máximo de desenvolvimento (agentes do progresso) com mínimo de segurança

¹ Existe um relativamente amplo material sobre as FFAA brasileiras, tanto no Brasil quanto, a partir dos anos 70, nos EUA. Algumas dessas obras, úteis para o autor, constam da bibliografia.

(agentes da ordem)" testemunhada no governo do General Geisel.

Essa incessante busca por integração e desenvolvimento nacionais se constitui, no entendimento do autor, na principal herança cultural das FFAA e fonte de nuanças culturais e psicossociais do relacionamento Sociedade - FFAA e entre as Forças de "per si" que ainda condicionam a sua concepção, o seu preparo e o seu emprego.

Como toda nuança, as consideradas neste trabalho também têm várias matizes. Do ponto de vista ideológico, ao contrário do sincretismo sócio-cultural, a busca por integração e desenvolvimento causou, inicialmente, um cisma nos quartéis - Intentona Comunista de 1935 - o qual foi transferido para a Sociedade, no período da Guerra Fria. A internalização do inimigo parece ter funcionado também como uma força centrífuga, afastando as FFAA de parcelas senão numerosas mas influentes da Sociedade, em especial as Universidades. Ressentimentos e equívocos obtidos nos bancos escolares, há cerca de 25 a 35 anos, são evidenciados hoje e ainda permanecem sendo transmitidos para outra geração, em todos os campos de atividade.

Surge, então, a imperiosa necessidade de integração com o meio universitário, em escala nacional e em todos os níveis do conhecimento. Êxitos têm sido alcançados em projetos específicos da Marinha com a Universidade de São Paulo. A atenuação e até mesmo a neutralização, a mais longo prazo, dos efeitos decorrentes do comentado hiato tecnológico podem ser alcançadas por intermédio dessa integração. Naturalmente, acompanhadas por iniciativas semelhantes jun-

to a Federações de Indústrias e outras instituições da sociedade civil. Se adequado, até mesmo junto às ONG.

Essas medidas poderão atuar como uma resultante centrípeta entre as FFAA e os demais segmentos da Nação. Esses caminhos de integração se constituem em uma verdadeira fonte de legitimidade em escala nacional. Talvez não tenham sido explorados anteriormente - na intensidade visualizada pelo autor - por que esses caminhos tinham dimensões limitadas. Paradoxalmente, a maioria das Universidades e dos estabelecimentos de ensino superior existentes no Brasil desenvolveram-se ou foram criados durante o regime pós-64. Da mesma maneira, os outros segmentos organizados de uma sociedade em desenvolvimento como a nossa.

Esses aspectos repercutem diretamente na concepção, no preparo e no emprego das FFAA, por influir na capacidade de mobilização nacional e na mentalidade do pessoal militar. E emprestam ao ambiente castrense uma dinâmica toda especial ao acompanhar as transformações correntes no seio da Sociedade.

De outra parte, voltadas para o desenvolvimento e para a integração nacionais, às vezes com enfoques diferenciados, preparando-se contra inimigos distintos no período da Guerra Fria¹, as FFAA também se distanciaram operacionalmente entre si. Com a ressalva de que a Força Aérea Brasileira (FAB), em decorrência apenas do apoio aerotático,

¹ O Exército preparava-se prioritariamente para a guerra revolucionária e a Marinha para a guerra anti-submarino e a proteção do tráfego marítimo. A FAB absorvia essas diferenças.

desfruta de uma maior convivência operativa com o Exército e com a Marinha, separadamente.

Hoje, a contração do tempo e do espaço - fruto da revolução tecnológica nos assuntos militares - e a complexidade dos temas estratégicos no ambiente internacional impõem a integração operacional das Forças. Ademais, a imprevisibilidade do seu emprego (conjunto ou combinado) determina uma disponibilidade quase que imediata de parcelas das Forças, exigindo novos procedimentos operacionais e administrativos.

Naturalmente, quando se trata desta questão, surge a idéia do Ministério da Defesa. Em princípio, a criação desse Ministério não se constitui em requisito para a necessária integração operacional das Forças Armadas. Qualquer precipitação poderá até prejudicá-la. Mas, o que realmente importa é o fato de que outros países, contando com Ministério da Defesa ou não, reconhecerem essa necessidade e buscarem promover a integração operacional de suas Forças. Não se concebe, hoje em dia, o emprego desarticulado de forças militares. ||

A desarticulação estratégico-operacional, numa eventual necessidade, se traduz em fator de fraqueza. Quanto mais cedo, em relação a outros países, o Brasil promover a integração operacional de suas FFAA, melhor. Tal fato poderá se constituir em um fator de força ao seu favor, compensando deficiências de outras naturezas - tecnológica ou quantitativa. Afinal, não se vislumbra aumento de recursos para gastos com defesa no Brasil, salvo em caso de emergência. Mas este assunto conduz o pensamento para a esfera governa-

mental, o terceiro ambiente evidenciado pela trindade clauswitziana.

SEÇÃO IV - DO GOVERNO

Três condicionantes podem ser vislumbradas para a concepção, o preparo e o emprego atual e prospectivo das FFAA, do ponto de vista do Governo Federal : a questão orçamentária; a integração regional; e a política de defesa.

A questão orçamentária é por demais conhecida não cabendo análises históricas nem estéreis comparações com outros países com o propósito de julgar a sua adequabilidade. Entretanto, julga-se importante comentar os seguintes aspectos da questão.

Em primeiro lugar, a expectativa da manutenção da dotação orçamentária para as FFAA em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), nos níveis dos últimos cinco anos, mesmo sendo uma das mais baixas do mundo, estabelece uma perspectiva. Imaginando-se, nos próximos dez anos, uma modesta taxa de crescimento do PIB - da ordem de 2,5% ao ano - o orçamento militar poderá ultrapassar o valor de seis bilhões de Reais¹, a preços de 1997. Esta quantia assume outro significado em regime não inflacionário.

Ao mesmo tempo, proporciona dividendos políticos adicionais, posto que, sendo um dos orçamentos mais baixos do mundo em relação ao PIB, isenta as FFAA da responsabilidade pela diástase sócio-econômica e não serve de pretexto para provocar corrida armamentista regional e, conseqüentemente,

¹ A partir do valor do PIB estimado para 1996 : US\$ 760 bilhões.

insegurança internacional.

Todavia, a recente convivência prolongada com altas taxas de inflação, aliada aos orçamentos minguantes e à imprevisibilidade da alocação dos recursos, parece ter orientado a atenção para os aspectos gerenciais das Forças, limitando o desenvolvimento de questões estratégico-operacionais. Daí, talvez, uma explicação para a ausência de um Conceito Estratégico Nacional formal. Porém, o que merece reflexão é o impacto dos orçamentos minguantes sobre a capacidade logística das Forças e seus desdobramentos no Pessoal. Dotações de munição e de sobressalentes incompletas interferem na capacidade de combate e, ao que parece, não apenas do ponto de vista do material...

A integração regional dos países da América do Sul, a partir da criação de um mercado econômico - MERCOSUL ¹- é fruto de uma iniciativa governamental, tanto do Brasil quanto da Argentina, proveniente da gestão dos presidentes Sarney e Alfonsín, respectivamente, ao final dos anos 80. Desse modo, esta condicionante foi alinhada neste Capítulo junto com as demais de preponderância interna.

Essa integração caracteriza a manifestação do fenômeno da regionalização no subcontinente sul-americano, explorando valores históricos e culturais compartilhados na região. Como visto, a regionalização está associada à globalização e à fragmentação e parece condicionar o fortalecimento dos países sul-americanos em seu processo de inserção na econo-

¹ O MERCOSUL, no momento, possui características de uma união aduaneira. Os resultados alcançados reforçam a sua tendência para formação de um bloco econômico.

mia mundial.

Iniciativas desse porte repercutem naturalmente no campo da segurança regional e, portanto, no da estratégia. Os compromissos assumidos, as decorrentes modificações nas matrizes energéticas e comerciais estabelecem vínculos de interdependência que afetam a segurança das populações e do patrimônio dos países em via de integração. Conseqüentemente, o desenvolvimento da regionalização na América do Sul deve ser acompanhado e apreciado pelos Estados-Maiores, sob uma nova perspectiva, a ser vista no Capítulo seguinte.

A Política de Defesa Nacional (PDN) consubstancia os aspectos acima mencionados e sinaliza com uma nova orientação estratégica. Se raízes históricas e culturais definiam para as FFAA propósitos no ambiente interno (integração e desenvolvimento), a atual PDN aparenta transferir esses propósitos para o ambiente internacional. O lubrificante das relações internacionais, além do ingrediente diplomático, passa a contar com um outro - a dissuasão proporcionada pelas FFAA - emprestando-lhe talvez uma maior viscosidade, apropriada aos tempos pós-Guerra Fria. A criação da Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional reforça a idéia.

Sem embargo, uma análise mais acurada da nova Política de Defesa, apesar da mudança de orientação, permite deduzir que os seus propósitos não se distanciam dos anteriormente preconizados pelos militares : integração e desenvolvimento. Pelo contrário, tenta viabilizar "a concentração de esforços com vistas (sic) à consecução do projeto nacional de desenvolvimento e de combate às desigualdades sociais", o

que pode ser interpretado como integração social. Ainda mais, estende a idéia de integração para a América do Sul e parte da África(13:5-6).

Em síntese, a PDN orienta o pensamento estratégico-militar para a manutenção do "Anel de Paz" em torno do Pa-ís, o qual condiciona a manutenção do desenvolvimento eco-nômico e a integração social. Paralelamente, servirá de base para estabelecer perspectivas de emprego das Forças Armadas, em substituição a um Conceito Estratégico Nacional (CEN) ou Militar de caráter formal.

Digressão com base em uma virtual ausência de Conceito Estratégico tende a se tornar improlífera com o advento da Política de Defesa Nacional. Entretanto, julga-se pertinen-te registrar que parece ser melhor não se dispor de um do-cumento formal desse nível do que tê-lo com conteúdo equi-vocado.

Recapitulando, o sincretismo sócio-cultural; a diásta-se sócio-econômica; as nuances do relacionamento Sociedade - Forças Armadas e entre as Forças Singulares; a questão orçamentária; a integração regional (regionalização); e a Política de Defesa Nacional foram consideradas, com base na trindade clausewitziana, como as condicionantes internas, de ordem cultural e psicossocial, de maior relevo para o tema em estudo.

CAPÍTULO IV

DO PODER MILITAR

SEÇÃO I - DO EMPREGO

A expressão "HIPÓTESE DE CONFLITO" passou a ser utilizada, mais recentemente e de forma generalizada, no lugar da expressão "HIPÓTESE DE GUERRA" para caracterizar uma possibilidade de emprego do Poder Militar de um Estado. Aparentemente por ter sido julgada "politicamente mais correta" que a segunda. Ora, nesse sentido, poderia ser considerado mais "politicamente correto" ainda utilizar-se da expressão "HIPÓTESE DE EMPREGO" no lugar de "HIPÓTESE DE CONFLITO". Afinal, os conflitos são tão indesejáveis quanto as guerras, entretanto, como as guerras, nem sempre são inevitáveis ...

Parece existir uma vantagem adicional além da de ordem semântica, tratada no parágrafo anterior. A expressão "HIPÓTESE DE EMPREGO" possui uma abrangência maior do que as outras duas, permitindo, ao nosso ver, realçar a natureza instrumental das Forças Armadas. Ou seja, as Forças não existem apenas para uma determinada guerra ou conflito. Pelo contrário, se uma ameaça deixa de existir sem ser preciso ir-se à guerra, crédito para a capacidade de dissuasão das FFAA e, por conseguinte, da necessidade em mantê-las com elevado grau de prontidão e adequadas às novas circunstâncias, ao invés de desmobilizá-las.

Assim, do ponto de vista do autor, a expressão "HIPÓTESE DE EMPREGO" apresenta-se mais condizente que as demais, com relação às incertezas e à complexidade da Nova

Ordem Mundial. Além de parecer, como explicado, menos provocativa...

O Brasil vive um clima de paz, muito embora parcelas de suas FFAA - a exemplo do que ocorre com outros países - estejam sendo empregadas fora do território nacional com o propósito de manter a paz. Este tipo de emprego é decorrente dos resultados da tendência para a fragmentação, em áreas consideradas de interesse para o País e especificadas na Política de Defesa Nacional. Na verdade, constitui-se na diretriz 5.1 e) "participar de operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais" (13-9).

Assim, como um corolário dessa fragmentação em áreas onde os interesses nacionais venham justificar esforços no processo de pacificação, julga-se prudente manter esta hipótese de emprego a qual denominaremos de "HIPÓTESE DA FRAGMENTAÇÃO". Objetivamente, o que credenciará as Forças Armadas para este tipo de emprego é a prontidão para a guerra. Caso contrário, limitar-se-ão a mero símbolo político, implicando riscos inaceitáveis para o pessoal e para o prestígio do País. Definitivamente, não se trata de uma novidade. Em Suez, participamos de operações de manutenção da paz e, em São Domingos, imposição da paz.

Por outro lado, o Brasil encontra-se também empenhado, junto com outros parceiros regionais, a promover a integração dos países da América do Sul que, em paralelo com a consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) e o estreitamento de laços com os países da África Ocidental buscam conformar o "Anel de Paz" comentado no Ca-

pítulo anterior.

Isto posto, as ameaças à manutenção da paz nesse anel geográfico, em torno do País, devem ser motivo de acompanhamento dos Estados-Maiores e contempladas pelas hipóteses de emprego das FFAA a fim de que os contenciosos regionais continuem sendo administrados em níveis tolerados por Brasília e seus aliados(13:5). Inclusive as ameaças à estabilidade política e à normalidade democrática na região¹.

Pode-se interpretar por contenciosos regionais as tradicionais disputas fronteiriças entre os países sul-americanos - em especial os de origem hispânica - e entre as Guianas; a ação da narco-guerrilha e a existência de etnias distintas, em determinadas áreas; e, como atualmente entendido no ambiente internacional, a fragilidade da Democracia, em alguns países.

Assim, julga-se apropriado considerar o emprego das FFAA brasileiras, em conjunto com as dos demais países da região, nos moldes preconizados no Capítulo VII da Carta da ONU ou nos da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), quando solicitadas a fazê-lo em prol da segurança regional e, quando conveniente, estendendo-se até as margens africanas e antárticas do Atlântico Sul. Esta hipótese de emprego chamaremos de "HIPÓTESE DA REGIONALIZAÇÃO" em função do seu propósito de "contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional"²(13:10).

¹ A ameaça de golpe promovida pelo General Oviedo no Paraguai, em 1996, serve de exemplo.

² Diretriz 5.1 f) da Política de Defesa Nacional.

Torna-se importante enfatizar que uma mesma região pode ser objeto de duas hipóteses de emprego diferentes, explicitando o propósito político do uso das FFAA e realçando o Centro de Gravidade¹ do adversário. Tal parece ser o caso da região da África Austral que pode vir a ser objeto tanto da "HIPÓTESE DA FRAGMENTAÇÃO" quanto da "HIPÓTESE DA REGIONALIZAÇÃO". Afinal, o ato de apreciação mais decisivo para um estadista consiste na "apreciação correta do tipo de guerra (ou conflito) que leva a efeito, a fim de não a tomar por aquilo que ela não é e não querer fazer dela aquilo que a natureza das circunstâncias lhe impede que seja" (19:89).

Por outro lado, seria ingênuo não considerar que os interesses brasileiros - alinhados ou não com os de outros parceiros regionais - afetam a acomodação de poder no hemisfério, nesse período pós-Guerra Fria. Essas percepções parecem ter se tornado mais frequentes após o reconhecimento de resultados positivos alcançados pelo MERCOSUL.

"Esqueçam o NAFTA, esqueçam a fronteira, os trabalhadores imigrantes ilegais e o tráfico de drogas. Concentrem-se nos desafios de amanhã. O MERCOSUL, por exemplo, é um deles" declarou a Ministra do Comércio dos EUA, Sra. Charlene Barshefsky, aos congressistas norte-americanos (6:8).

O contencioso econômico entre a iniciativa da Associação de Livre Comércio das Américas e o MERCOSUL (ALCA X MERCOSUL) aliado às diferenças de tratamento no combate ao narcotráfico entre os governos norte-americano e brasileiro

¹ Conceituação de Clausewitz para significar a fonte de poder do inimigo a partir da qual tudo ele depende.

traduzem interpretações diferenciadas da geometria do poder no hemisfério. Da mesma forma que as interferências contidas nas concepções de Brzezinski e Buzan sobre os fenômenos da globalização e da regionalização na América do Sul, mostradas na página 8. Isto sem levar em conta que o vizinho mais poderoso do Brasil é a França ultramarina, e a América do Sul e a África têm sido, costumeiramente, palco da tradicional rivalidade entre os EUA e a França.

Enfim, uma hipótese de emprego das FFAA não deve ser descartada enquanto houver potências que possam insistir em priorizar a tutela em detrimento da parceria no seu relacionamento com o Brasil. Essa hipótese de emprego - provavelmente contra uma potência mais forte - pode ser denominada como "HIPÓTESE DA CONTRA-REGIONALIZAÇÃO", por contrariar o processo de regionalização na América do Sul.

Essa hipótese sugere, ainda, que o Centro de Gravidade do principal inimigo possa encontrar-se fora da região. Nesse caso, a potência intervencionista poderá explorar vulnerabilidades existentes na América do Sul, principalmente na Amazônia - fonte de problemas transnacionais - e escudar-se em valores universais da Nova Ordem Mundial com o propósito de impedir acúmulo de poder por Brasília e seus aliados. Nada garante que país(es) da região, com o(s) qual(is) busca-se maior aproximação, venha(m) a ser persuadido(s) ou forçado(s) à uma aliança com a potência intervencionista ou atuar como interposta entidade. A advertência de Arendt pode ser aplicável à questão...

Outra possibilidade a não ser descartada é o choque entre os megamercados em formação, ou entre civilizações

como menciona Huntington(43:398). Mais concretamente, a não impossibilidade de ocorrência de conflitos entre/inter Europa (incluindo-se a Rússia); América do Norte e potências asiáticas - China ou o Japão - não deve ser esquecida. Já existe até a previsão de velhos conflitos com nova roupagem, como mencionado no primeiro Capítulo¹(37:381-4).

A opção do Brasil diante de um novo conflito de dimensões globais poderá evoluir de uma neutralidade para uma aliança, como já ocorrido no passado. A importância reside no fato de que quanto mais forte militarmente o Brasil se apresentar melhor para si e para os seus eventuais aliados. O pior que poderá ocorrer é a América do Sul - o Brasil em particular - vir a tornar-se o palco dessa contenda, fruto da relativamente endêmica debilidade estratégica regional e da presença de interesses dos megamercados na região. Parece absurdo, mas o risco de latino-americanos serem enganados não foi abolido.

Essa hipótese, por mais disparatada que pareça, não será descartada, pelos níveis de crueldade e violência que parece carregar. A guerra normalmente atinge maior nível de violência quando os contendores lutam no território de terceiros e aparenta ser mais cruel para quem habita no campo de batalha. Surge naturalmente lembrança do sofrimento das populações italiana e polonesa na IIGM. Por insinuar confronto de dimensões globais, essa hipótese de emprego será denominada "HIPÓTESE DA GLOBALIZAÇÃO".

Portanto, além das atividades subsidiárias previstas

¹ George Friedman e Meredith Lebard chegam a prever um novo conflito entre EUA e Japão.

na Lei Complementar No. 69 de 23/07/91, identificam-se quatro hipóteses de emprego (HE) das Forças Armadas na sua atividade-fim : "HIPÓTESE DA FRAGMENTAÇÃO"; "HIPÓTESE DA REGIONALIZAÇÃO"; "HIPÓTESE DA CONTRA-REGIONALIZAÇÃO" e "HIPÓTESE DA GLOBALIZAÇÃO".

As hipóteses adquirem mais consistência diante da constatação de que estão inseridas no contexto da Nova Ordem e são "temperadas" pelas condicionantes listadas nos Capítulos 2 e 3. As denominações são úteis, também, para identificar o propósito do emprego das FFAA, realçando o caráter instrumental do Poder Militar. Na essência, o uso da violência não permite desvios no preparo e na concepção dos meios com vista à sua atividade-fim : **a guerra**. Tanto para vencê-la quanto para dissuadi-la, como preconizado na PDN. Assim, vamos tentar vislumbrar como essas hipóteses de emprego podem repercutir no reaparelhamento da MB.

SEÇÃO II - DO REAPARELHAMENTO NAVAL

Transcende ao escopo do trabalho e à capacidade do autor tipificar e quantificar meios de combate para a Marinha, em função das "HIPÓTESES DE EMPREGO" apontadas na Seção anterior. Porém, não podemos negar que essas hipóteses delineiam sugestões.

Em primeiro lugar, os meios necessários à execução das tarefas subsidiárias, como patrulha de águas jurisdicionais e socorro e salvamento marítimo, podem e devem ser nacionalizados, a despeito do teor tecnológico. Os cursos relacionados com este assunto devem ser estendidos ao pessoal das Marinhas amigas integrantes do "Anel de Paz", incluindo-se as da ZPCAS. Ao mesmo tempo, exercícios afins devem ser

praticados com aquelas Marinhas, a exemplo do que já ocorre com a do Uruguai. Não se trata, na opinião do autor, de atitude hegemônica, mas sim de liderança compatível com a envergadura político-estratégica do País.

A "HIPÓTESE DA FRAGMENTAÇÃO" já é uma realidade e o Brasil tem atendido com êxito às missões de paz da ONU, graças também às circunstâncias. Uma aviação de asa fixa embarcada se faz necessária, caso uma retirada ou uma ação de projeção de poder venham a ser exigidas nos esforços de manutenção da paz.

A "HIPÓTESE DA REGIONALIZAÇÃO" poderá exigir o transporte de tropas por mar ou por rio em apoio às inicialmente aerotransportadas ou desdobradas por terra. Essa hipótese parece ser mais exigente para o Exército e a Força Aérea.

Entretanto, mais uma vez, a necessidade da aviação de asa fixa embarcada se faz sentir, tanto para a defesa aérea de força naval quanto para uma possível demanda de projeção de poder sobre terra. O grau de uma possível ameaça aérea é maior no ambiente sul-americano. Submarinos poderão ser empregados em ações de bloqueio ou para condução de operações especiais no território em poder do inimigo, em apoio a país aliado no processo de regionalização.

A "HIPÓTESE DA CONTRA-REGIONALIZAÇÃO" sinaliza com a idéia de defesa em profundidade, a fim de negar o uso do mar ao inimigo mais forte, por intermédio do emprego de submarinos, aeronaves com base em terra (patrulha, guerra eletrônica e ataque), a guerra de minas defensiva, e, novamente, submarinos convencionais em menores profundidades. Essa hipótese exigirá também, um eficiente sistema de Co-

mando, Controle, Comunicações e Inteligência (C3I), minimizando o uso de frequências da faixa de HF.

Uma plausível ausência de aliados na "HIPÓTESE DA CONTRA-REGIONALIZAÇÃO" não deverá constituir uma surpresa estratégica, como explicado anteriormente, impondo-se maiores estoques de sobressalentes, munição e combustíveis para uso em um presumível maior intervalo de tempo - enquanto durarem as ações de desgaste.

A "HIPÓTESE DA GLOBALIZAÇÃO" parece não exigir maiores reflexões. O Brasil se fará presente com suas FFAA na medida dos seus interesses e com o material e o pessoal julgados adequados e suficientes para a ocasião.

Sintetizando, as hipóteses acima consideradas sugerem que o Brasil - a Marinha em particular - venha dispor, a curto prazo, de aviação de asa fixa embarcada ¹ e de aeronaves de patrulha de maior raio de ação, com base em terra.

A médio prazo, a MB poderá precisar de uma maior quantidade de submarinos convencionais do que a atualmente prevista. Entretanto, na opinião do autor, o submarino de ataque com propulsão nuclear (SSN) é o instrumento dissuasório por excelência, em proveito da defesa nacional e de eventuais aliados. A sua capacidade de contrapor-se a ameaças a maiores distâncias é o que produz mais segurança para a "consecução do projeto nacional de desenvolvimento e combate às desigualdades sociais."

Excetuando-se a "HIPÓTESE DA CONTRA-REGIONALIZAÇÃO",

¹ O alarme aéreo antecipado para força naval também pode ser provido por meio de helicópteros embarcados.

em todas as demais, o Brasil deverá contar com aliados que possuem maior quantidade de meios de superfície que aéreos ou submarinos. Além do mais, a atual e previsível situação de paz regional justificaria, numa primeira etapa, a manutenção da existente capacidade de combate com meios de superfície, em benefício da aquisição de aeronaves de asa fixa, do desenvolvimento de uma maior capacidade na guerra de minas e de C3I, da incorporação de submarinos e da substituição do NAeL "MINAS GERAIS" - nesta ordem de prioridade e dentro da perspectiva de recursos especificada na Seção IV do Capítulo 3 (questão orçamentária).

SEÇÃO III - DO PREPARO

As Forças Armadas, em função do seu caráter instrumental, devem ser preparadas essencialmente visando ao seu emprego na pior situação: a guerra. Na verdade, o reconhecimento por terceiros e por si mesmas da capacidade de operar na guerra é que as credenciam para qualquer outra atividade menos exigente do que a guerra.

As hipóteses de emprego sugerem particularidades no preparo na medida que hierarquizam prioridades de adestramento para cada Força isoladamente e, mais importante ainda, em conjunto ou em forma combinada com as demais. Nas quatro hipóteses apresentadas não se pode prescindir do emprego integrado das três Forças Singulares, salvo em condições muito especiais.

Entretanto, como estipulado no Capítulo anterior, constatamos existir a necessidade de promover-se uma **articulação estratégico-operacional** entre as Forças que produza um efeito sinérgico indispensável ao cumprimento exitoso de

missões típicas da atividade-fim. Na verdade, essa **articulação estratégico-operacional** pode ser reconhecida como um requisito para a conquista da vitória em combate e servir de orientação para o preparo e a concepção das FFAA, elevando significativamente o seu poder de dissuasão.

Esse requisito permite ainda conjecturar o preparo das Forças para a forma de emprego mais ousada e, ao mesmo tempo, aceitável do poder militar - a manobra articulada. A idéia da manobra articulada encontra-se nos textos dos estrategistas clássicos e serviu de origem para o conceito da guerra relâmpago - "blitzkrieg". Entretanto, quem a apresenta de maneira atualizada, incorporando os efeitos do desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, é Edward Luttwak em seu livro "Strategy : the logic of war and peace" (48:93-6).

Os norte-americanos parecem ter explorado o conceito da manobra articulada durante o Conflito do Golfo e a retratam na sua atual concepção estratégica - "Forward ... From the Sea" - ao enfatizar a necessidade do "domínio do espaço da batalha"¹ no contexto operacional das Forças Expedicionárias, abrangendo todos os ambientes em que os combates poderão se desenrolar - espaço, ar, terra e mar.

Sem dúvida, a manobra inteligentemente articulada atenderá ao especificado na Diretriz Estratégica 4.4 da PDN: "empregar todo o poderio militar necessário, com vistas (sic) à decisão do conflito no prazo mais curto possível e com o mínimo de danos à integridade e aos interesses

¹ "Battlespace Dominance" é a expressão original em inglês.

nacionais" (13-8). Tendo em conta o emprego do Poder Militar em coligação com outros países, como preconizado em três das quatro hipóteses de emprego formuladas, nada mais natural do que estender essa articulação - em menor grau e na medida do possível - às Forças Armadas dos países integrantes do "Anel de Paz".

A "HIPÓTESE DA CONTRA-REGIONALIZAÇÃO", por sua vez, insinua a ausência de aliados. Neste caso, o Poder Militar brasileiro deve manter-se capacitado para enfrentar agressões de potência mais forte, por meio de ações de desgaste no mar e em terra, a fim de tornar qualquer aventura militar inaceitável para um eventual agressor.

Não demanda muita criatividade a construção de cenários derivados das condicionantes internas e externas e das hipóteses de emprego para a montagem de Jogos de Guerra ou de Crise que permitam aos Estados-Maiores anteverem medidas eficazes para a obtenção da necessária articulação estratégico-operacional inter-Forças. Esta é uma conduta adequada para lidar com a incerteza e a imprevisibilidade da Nova Ordem, permitindo a elaboração antecipada de Planos de Campanha Combinados correlacionados com as áreas ou regiões onde as HE tenham elevada possibilidade de ocorrência.

SEÇÃO IV - DA CONCEPÇÃO

Neste aspecto, as condicionantes de ordem interna, principalmente as culturais e psicossociais, preponderam na conformação das Forças que concretizam o Poder Militar brasileiro. Parecem de maior importância as que têm capacidade de atuar como forças centrípetas ou centrífugas entre o Povo, as FFAA, e o Governo, afetando o moral militar.

Portanto, os efeitos do sincretismo sócio-cultural devem ser assegurados em escala nacional. Já os efeitos e as causas da diástase sócio-econômica e do relacionamento Sociedade - Forças Armadas, como apresentados anteriormente, devem ser neutralizados no sentido de aumentar o grau de **legitimidade** do Poder Militar. A ação governamental também afeta o moral, ao admitir-se que reflexos da questão orçamentária podem incidir negativamente sobre ele, por meio do reconhecimento de deficiências logísticas, como salientado no Capítulo 3.

Podemos então eleger a idéia de um maior grau de **legitimidade** como outro requisito a ser atendido com vista à concepção das Forças Armadas, o qual deverá ser alcançado, essencialmente, por meio do reforço dos elos de ligação entre o meio civil e o meio militar. Mais concretamente, via adequados critérios de seleção, de recrutamento e da formação do militar. Mais ainda, pela incorporação da universalidade do conhecimento no seio das Forças Armadas. Ter as ciências exatas como base geral da formação do militar-profissional pode não se mostrar apropriado aos novos tempos.

Por outro lado, essa legitimidade parece não se limitar ao âmbito nacional. As tendências da Nova Ordem, as condicionantes anteriormente apresentadas e as hipóteses de emprego formuladas, estendem a legitimidade ao ambiente internacional.

A legitimidade internacional está correlacionada com os preceitos da Nova Ordem, com destaque para os valores de segurança e democracia compartilhados em escala mundial;

com os meios da atuação da ONU ou da OEA; e com ações contra efeitos julgados inaceitáveis dos denominados "problemas transnacionais". Existe até um certo grau de consenso internacional em reconhecer esses efeitos como ameaças à Nova Ordem, sendo justificável dispensar-lhes tratamento militar, como visto no Capítulo 2.

Desse modo, o requisito **Legitimidade** adquire consistência tanto do ponto de vista nacional quanto internacional.

CAPÍTULO 5

DO EPÍLOGO

Iniciamos este trabalho apresentando uma interpretação do panorama mundial pós-Guerra Fria, o qual se convencionou chamar de Nova Ordem Mundial, tentando-se avaliar a geometria da distribuição do poder, em escala mundial, ao início e ao final daquele conflito. A potência hegemônica, nas duas ocasiões, parecia dispor de mais poder ao final dos anos quarenta do que hoje em dia, o que, segundo Hannah Arendt, poderia seduzi-la a fazer uso da violência ao invés do poder.

Vimos também que a ausência dos limites impostos pela Guerra Fria vem permitindo que potências de nível médio possam adquirir maior "manobrabilidade" no ambiente internacional, apesar do grau mais elevado de interdependência entre as nações, fruto da maior intensidade dos fenômenos da globalização, regionalização e fragmentação, por mais paradoxal que pareça. Ademais, esses fenômenos traduzem a reacomodação do poder no mundo e seus desdobramentos estão indefinidos, permitindo diferentes interpretações, em função dos interesses dos principais atores da Nova Ordem.

Durante a nossa análise, arriscamos dizer que a globalização nos é imposta; a fragmentação pode ser perigosa; e a regionalização poderia ser reconhecida como uma necessidade para a inserção mais digna do Brasil, e seus parceiros sul-americanos, no novo panorama internacional.

Ainda no contexto da Nova Ordem Mundial, procuramos identificar condicionantes - de origem predominante no ex-

terior - julgadas relevantes para consideração nas atividades relacionadas com o emprego, preparo e concepção das Forças Armadas. Listamos a Informação; as Percepções Externas decorrentes; as concepções de Segurança em geral; os Problemas Transnacionais; o Hiato Tecnológico associado ao medo da proliferação de armas de destruição em massa; o surgimento de uma Sociedade Civil Internacional, cada dia mais atuante; e um fortalecido Setor Privado Internacional, principal agente da globalização, em convivência com estados debilitados surgidos da fragmentação.

Essas condicionantes revelaram medidas de precaução ou de exploração em proveito das Forças Armadas. Entre outras, julgamos conveniente reafirmar : estabelecer nova modalidade de relacionamento com a mídia e com o setor privado internacional; neutralizar percepções negativas sobre o Brasil; explorar a natureza dual do conhecimento e das tecnologias; aproveitar a perícia das ONG em assuntos específicos; precaver-se contra efeitos inaceitáveis dos problemas transnacionais e das modalidades do significado de segurança no ambiente internacional.

Do ponto de vista interno, com ênfase nos aspectos culturais e psicossociais e com fundamento na trindade clausewitziana, elegemos o sincretismo sócio-cultural; a diástase sócio-econômica; as tonalidades dos relacionamentos Sociedade - Forças Armadas e entre as Forças de "per si"; a questão orçamentária; a integração regional; e a recente Política de Defesa Nacional como as principais condicionantes para o tema discorrido.

Novamente, medidas de precaução ou de aproveitamento

foram vislumbradas e tratadas com maior profundidade. Afinal, somos forçados a conviver com as condicionantes externas, nos cabendo apenas atuar contra ou a favor dos seus efeitos. Quanto às condicionantes internas, depende apenas da nossa vontade corrigir as inconveniências decorrentes, atuando sobre as suas causas.

Nesse sentido, os efeitos do sincretismo sócio-cultural devem ser plasmados no seio das FFAA. Por outro lado, devem ser neutralizadas e corrigidas as conseqüências e as causas da diástase sócio-econômica e das nuances do relacionamento Sociedade X FFAA e entre as Forças. Em um primeiro passo, impõe-se a incorporação da universalidade do conhecimento no ambiente militar. O rigor das ciências exatas parece esgotar-se no rigor dos procedimentos da tática.

Prosseguindo com a abordagem do tema, justificamos o uso da expressão "HIPÓTESE DE EMPREGO" no lugar de "HIPÓTESE DE CONFLITO" e estabelecemos quatro HE para as Forças Armadas - uma atual e três prospectivas - fundamentadas na Política de Defesa Nacional, nas peculiaridades da Nova Ordem e nas condicionantes identificadas, tanto as provenientes do ambiente externo quanto do interno. Vimos que as HE podem servir de base para a formulação de Planos de Campanha Combinados.

Comentamos, ainda, possíveis reflexos das HE formuladas no reaparelhamento da Marinha, além do preconizado pelas atividades subsidiárias, e, finalmente, tecemos considerações correlacionadas com o preparo e a concepção das Forças.

Neste ponto, abraçamos duas idéias - **Legitimidade** e **Articulação Estratégico-Operacional** - às quais caracterizamos como requisitos, por acreditarmos serem indispensáveis ao desenvolvimento do Poder Militar brasileiro, em harmonia com os novos tempos, em compasso com a nova geometria do poder entre as nações. Espero não estar enganado...

BIBLIOGRAFIA

- 1) ABURDENE, Patricia, NAISBITT, John. Megatrends 2000 : dez novas tendências de transformação da sociedade nos anos noventa. São Paulo : Amana-Key, 1990.
- 2) ARENDT, Hannah. Da violência. Brasília : Universidade de Brasília, 1987.
- 3) ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. 2.ed. Brasília : Universidade de Brasília, 1986.
- 4) _____. Pensar a guerra, Clausewitz. Brasília : Universidade de Brasília, 1986.
- 5) _____. Os últimos anos do século. Rio de Janeiro : Guanabara, 1987.
- 6) BARSHEFSKY, Charlene. A sombra de Bolívar. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 mar.1997. Cad.1, p.8.
- 7) BONALUME NETO, Ricardo. A nossa segunda guerra: os brasileiros em combate 1942-1945. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura, 1995.
- 8) BRANCO, Humberto de A.Castello. A estratégia. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n.12, p.81-92, set.1989.
- 9) BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI - 219 A. Guia para elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1992.
- 10) _____. EGN 215 A. Guia para elaboração de teses e monografias. Rio de Janeiro, 1981.
- 11) _____. Lei Complementar no. 69, de 23 de julho de 1991. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v.139,n.141, p.14713-14714, 24 jul. 1991. Seção 1, pt.1.
- 12) _____. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Concepção política básica do Exército - siplex-3. Brasília, 1997.
- 13) _____. Presidência da República. Política de defesa nacional. Brasília : Imprensa Nacional, 1996.
- 14) BRENER, Jayme. Leste europeu : a revolução democrática. São Paulo : Atual, 1990.

- 15) BUZAN, Barry. People, states & fear : an agenda for international security studies in the post cold war era. 2.ed. Colorado : Lynne Rienner, 1991.
- 16) CAMARGO, Aspásia, GÓES, Walder. Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1981.
- 17) CERESOLE, Norberto. Tecnologia militar y estrategia nacional. Buenos Aires : Pleamar, 1991.
- 18) CIVILETTI, Carlo. Europa enviará tropas à Albânia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 mar.1997, cad.1, p. 12.
- 19) CLAUSEWITZ, Carl von. Da guerra. São Paulo : Martins Fontes, 1979.
- 20) CONSALVI, Simón A. La paz nuclear. Caracas : Monte Avila, 1988.
- 21) COSTA, Luiz Sérgio S. A complexa nova ordem mundial. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v.10, n.29, p.37-53, dez.1994.
- 22) CREVELD, Martin van. The training of officers : from military professionalism to irrelevance. New York : Free Press, 1990.
- 23) DELMAS, Phillipe. O belo futuro da guerra. Rio de Janeiro : Record, 1996.
- 24) DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Etnias e culturas no Brasil. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1980.
- 25) DORATIOTO, Francisco. Espaços nacionais na América Latina : da utopia bolivariana à fragmentação. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- 26) DULLES, John W.F. Castello branco, o presidente reformador. Brasília : Universidade de Brasília, 1983.
- 27) DUNNINGAM, James, MACEDONIA, Raymond. Getting it right: american military reforms after vietnam to the persian gulf and beyond. New York : Quill, 1993.
- 28) DUPUY, Trevor N. How to defeat Saddam Hussein : scenarios and strategies for the gulf war. New York : Warner, 1991.
- 29) EUA. Department of the Navy. National military strategy of the united states. Washington DC, 1992.

- 30) _____. OPNAV N513 Strategy and Concept Branch. ...From the sea : preparing the naval service for the 21st century. Washington DC, 1996.
- 31) _____. The White House. National security strategy of the united states. Washington DC, 1993.
- 32) FLORES, Mário César. Bases para uma política militar. Campinas : Universidade de Campinas, 1992.
- 33) _____. Preocupações militares do fim do século (ilações sobre o caso brasileiro). Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.115,n.4/6, p.33-42, abr./jun. 1995.
- 34) FORTUNA, Hernani G. O papel da marinha no limiar de um novo século. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.114, n.1/3, p.23-37, jan./mar. 1994.
- 35) FRAGA, J.A. Ensayos de geopolitica. Buenos Aires : Instituto de Publicaciones Navales, 1985.
- 36) FREEDMAN, Lawrence (Coord.). War. Oxford : Oxford University Press, 1994.
- 37) FRIEDMAN, George, LEBARD, Meredith. EUA x Japão : guerra à vista. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1993.
- 38) FRIEDMAN, Norman. Desert victory : the war for kwait. Annapolis : Naval Institute, 1991.
- 39) GLÓTOCHKIN, Alexei. Psicologia y pedagogia militares. Moscú : Progreso, 1987.
- 40) GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais : a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo : Loyola, 1995.
- 41) GOODMAN, Louis, MENDELSON, Johanna, RIAL, Juan. The military and democracy. Massachussets : Lexinton, 1990.
- 42) ITÁLIA. Stato Maggiore della Difesa. SMD-G-006 - Directive per i concorsi militari del tempo di pace. Roma, 1991.
- 43) HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro : Ed. Objetiva, 1997.
- 44) KULKOV, E.,RJECEVSKI, O. A verdade e a mentira sobre a segunda guerra mundial. Lisboa : Avante, 1984.

- 45) LAMPREIA, Luiz Felipe. O Brasil no contexto mundial : uma visão do itamaraty. In : ARAUJO, Braz (Coord.). Estratégia no novo cenário mundial : anais do II Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. São Paulo : NAIPPE/USP, 1995. p.17-34.
- 46) LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. 5.ed. São Paulo : Ática, 1992.
- 47) LEONEL, Benedito Onofre B. Perspectivas para as Forças Armadas brasileiras. In : ARAUJO, Braz (Coord.). Estratégia no novo cenário mundial : anais do II Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. São Paulo : NAIPPE/USP, 1995. p.35-45.
- 48) LUTTWAK, Edward N. Strategy : the logic of war and peace. London : Belknap, 1987.
- 49) MAGNOLLI, Demétrio. O novo mapa do mundo. 4.ed. São Paulo : Moderna, 1993.
- 50) MARTNER, Gonzalo. America latina hacia el 2000 : opciones y estrategias. Caracas : Nueva Sociedad, 1986.
- 51) MATTOS, Carlos de Meira. A missão das nossas forças armadas na perspectiva da nova ordem internacional. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v.8, n.23, p.51-54, out. 1992.
- 52) _____. A reavaliação do cenário estratégico. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v.10, n.29, p.33-35, out. 1994.
- 53) McCANN, Frank D. A nação armada : ensaios sobre a história do Exército brasileiro. Recife : Guararapes, 1982.
- 54) MOOG, Clodomir Vianna. Do mazombo ao brasileiro. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v.5, n.12, p.93-109, set. 1989.
- 55) NOGUERA, Carlos C. Elementos de estrategia. 3.ed. Caracas : Italgrafica, 1986.
- 56) NOSSA comunidade global : o relatório da comissão sobre governança global. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- 57) OHMAE, Kenichi. O mundo sem fronteiras. São Paulo : Makron, 1991.
- 58) OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de (Coord.) Militares : pensamento e ação política. Campinas : Papirus, 1987.

- 59) OLIVEIRA, Marcos. Nova ordem, velhos problemas.... Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v.10, n.29, p.101-122, out. 1994.
- 60) OLMOS, Mario. La cooperación Argentina - Brasil : núcleo impulsor de la integración latinoamericana. Buenos Aires : Instituto de Publicaciones Navales, 1986.
- 61) PALIN, Roger H. Multinational military forces : problems and prospects. Adelphi Paper, London, n.294, p. 3-77, apr. 1995.
- 62) PAGE, Joseph A. The Brazilians. New York : Addison - Wesley, 1995.
- 63) PAREDES, José Geraldo. O segredo da redação. Rio de Janeiro : Imprensa Naval, 1995.
- 64) PESCE, Eduardo. O estado brasileiro e a defesa nacional no mundo pós-bipolar. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.116, n. 10/12, p. 139-147, out./dez. 1996.
- 65) PINTO, Paulo Lafayette. O emprego do poder naval em tempo de paz. Rio de Janeiro : SDGM, 1989.
- 66) PORTELA, Fernando. Guerra de guerrilhas no Brasil. 2.ed. São Paulo : Global, 1979.
- 67) REGAN, Richard J. Justwar : principles and cases. Washington DC : Catholic University, 1996.
- 68) REINO UNIDO. Naval Staff. The fundamentals of british maritime doctrine - BR 1806. London : HMSO, 1996.
- 69) RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro : a formação e o sentido do Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- 70) _____. O Brasil como problema. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1995.
- 71) RUFIN, Jean Christophe. O império e os novos bárbaros. 2.ed. Rio de Janeiro : Record, 1991.
- 72) SANTOS, Murillo. Evolução do poder aéreo. Belo Horizonte : Itatiaia, 1989.
- 73) SARDENBERG, Ronaldo Mota. A inserção estratégica do Brasil. In : ARAUJO, Braz (Coord.). Estratégia no novo cenário mundial : anais do II Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. São Paulo : NAIPPE/USP, 1995. p.3-16.

- 74) SILVA, Hélio. O poder militar. Porto Alegre : L&PM, 1984.
- 75) SKIDMORE, Thomas E. O Brasil visto por fora. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1994.
- 76) SMALL, Dennis, SMALL, Gretchen. O complô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações da ibero-américa. Rio de Janeiro : EIR, 1997.
- 77) SODRÉ, Nelson W. Do tenentismo ao estado novo : memórias de um soldado. 2.ed. Petrópolis : Vozes, 1986.
- 78) _____. História militar do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.
- 79) _____. Introdução à revolução brasileira. 4.ed. São Paulo : Ciências Humanas, 1978.
- 80) _____. O governo militar secreto. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1987.
- 81) _____. Vida e morte da ditadura : 20 anos de autoritarismo no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1984.
- 82) STEPAN, Alfred. Os militares : da abertura à nova república. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
- 83) STOEßINGER, John G. O poder das nações. São Paulo : Cultrix, 1978.
- 84) TAVARES, José Nilo (Org.) Novembro de 1935 : meio século depois. Petrópolis : Vozes, 1985.
- 85) TOFFLER, Alvin, TOFFLER, Heidi. Guerra e antiguerre. Rio de Janeiro : Record, 1994.
- 86) VARAS, Augusto. (Coord.) La autonomia militar en america latina. 2.ed. Caracas : Nueva Sociedad, 1988.
- 87) VASCONCELOS, Genserico. História militar do Brasil. Rio de Janeiro : Biblioteca Militar, 1941.
- 88) VIDIGAL, Armando A. F. O Brasil e a nova ordem mundial. Rio de Janeiro : SDGM, 1991.
- 89) _____. Integração e segurança. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v.8, n.23, p.121-128, out. 1992.
- 90) _____. O papel das Forças Armadas no novo contexto mundial. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.112, n.10/12, p.87-113, out./dez. 1992.

- 91) WATSON, Adam. The evolution of the international society. London : Rutledge, 1993.
- 92) WIGHT, Martin. Power politics. London : Leicester University, 1995.

AUTOR

Principais condicionantes da concepção, preparo e emprego atual e prospectivo das Forças Armadas
B-D-11

DEVOLVER NOME LEIT. (4763/98)

25 JUL 1998	CF(E) GILMENE
3 SET 1998	Acc Centro
16 OUT 1998	Prof RANGÉ. Francisco
*4 AGO 1999	CF ERDEBER
10 AGO 1999	CF(E) LAMARCA
04/1/00	PI CMG Daniel CB-MO Carlos Renato O. Leite
11 MAR 2000	CMG FREITAS
17 MAR 2000	CMG(FN) TERRIQUAS
20 JUN 2000	CMG KUNZE
*3 AGO	RENOVADA em 03/08/02 P. CT CLAUDIO CAVIOL

envolver em

Nome do Leitor

20 MAR 2003

CMS VILLANOVA M

02 JUL 2004

Este livro deve ser devolvido na
última data carimbada

25 JUN 1998			
23 SET 1998			
16 OUT 1998			
27 AGO 1998			
04/11/00			
11 MAR 2000			
17 MAR 2000			
02 JUL 2004			



00119420004763

Principais condicionantes da concep

8-D-11

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Biblioteca

Nigro, Antonio Alberto Marinho

Principais condicionantes da c
oncepção, preparo e emprego at
ual e prospectivo das Forças A
8-D-11

(4763/98)